



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social

REFLEXÕES ACERCA DA BUROCRATIZAÇÃO E ESTATIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE MASSA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Priscila Serafim de Andrade¹

Paulo Jackson Garcez Santos²

Letícia Gabrielle Lima da Costa e Silva³

Resumo: Este artigo tem como objetivo trazer uma análise reflexiva acerca do processo de estatização e burocratização dos sindicatos, movimentos sociais e estudantis sob os governos do Partido dos Trabalhadores e seus desdobramentos na conjuntura recente. A ênfase será dada na relação entre bases estudantis, entidades representativas e Estado.

Palavras-chave: Movimento estudantil, burocratização, estatização.

Abstract: This article aims to bring a reflexive analysis about the process of nationalization and bureaucratization of unions, social movements and student movement under the Partido dos trabalhadores government and its developments in the recent conjuncture. Emphasis will be placed on the relation between student bases, representative entities and the State.

Keywords: Student movement, bureaucratization, nationalization.

INTRODUÇÃO

Procuramos apreender a burocratização dos movimentos sociais no geral, e particularmente do estudantil sob os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e seus desdobramentos na conjuntura pós golpe jurídico-parlamentar-midiático em 2016. Para analisar estas questões, tivemos como base a pesquisa exploratória em que buscamos compreender melhor o assunto, além da documental através das resoluções de encontros estudantis no último período, em páginas de internet, matérias de jornais e revistas. Partimos também da pesquisa bibliográfica sobre a importância da organização das classes exploradas e dominadas (BOGO, 2008); o fenômeno da burocratização e estatização das organizações de massa (TROTSKY), as particularidades deste processo no Brasil (MATTOS, 2014; SECCO, 2011) e sobre a conjuntura recente no Brasil. Com base no método do materialismo histórico e dialético, procuramos compreender as particularidades

¹ Estudante de Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, E-mail: Andr.priscilaserafim@gmail.com.

² Estudante de Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, E-mail: Andr.priscilaserafim@gmail.com.

³ Estudante de Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, E-mail: Andr.priscilaserafim@gmail.com.

da burocratização e estatização das entidades estudantis sem perder a perspectiva da totalidade, identificando as determinações e mediações deste processo.

Esse processo de burocratização das entidades estudantis e centrais sindicais podem ser encontrados no decorrer da história dos movimentos sociais, contudo a relação das entidades com o Estado durante o período ditatorial, apresenta um hiato. Nesse momento, o Movimento Estudantil foi identificado como ilegal, levando ao fechamento da União Nacional dos Estudantes (UNE), permanecendo até os anos de 1980. Nesse período as entidades se afastaram tanto dos partidos que estavam sendo fechados e perseguidos como do Estado que era ditatorial. Mas é com a chegada do processo de redemocratização que acontece uma maior abertura nos espaços políticos. Esse processo culminou na constituição de 1988, em que houve a ampliação de direitos e a abertura de espaços, que possibilitam uma maior participação nas instituições e um maior diálogo dos movimentos com as instâncias estatais.

É nesse período que se tem a reconstrução da UNE e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Nesse cenário, canalizaram suas forças para as lutas no período da redemocratização como as “Diretas Já” e as “Caras Pintadas”. Já nos anos de 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, com a implementação das políticas ditadas pelo Consenso de Washington tem-se um arrefecimento das lutas sociais contra os ataques das ingerências do neoliberalismo e as políticas privatizantes desse governo. Com a chegada do PT ao poder no ano de 2002, com Luiz Inácio Lula da Silva, “um líder operário e sindical, fundador do PT” (DRUCK, 2006, p.330) se despertou esperanças de superar esse cenário. A vitória de Lula contou com o apoio de parte significativa dos movimentos de esquerda:

As direções da UNE e UBES, sob o comando do PCdoB e PT, se colocaram abertamente a favor daquilo que caracterizavam como ‘governo democrático e popular’, chegando a realizar um ‘plebiscito estudantil’ para ratificar esse apoio. Mais do que isso, com o PT no poder, as duas entidades passaram a integrar o governo, funcionando como correia de transmissão de sua política (ALMEIDA; FERREIRA, 2018, pág. 49-50).

Entretanto o governo Lula, do ponto de vista da macroeconomia, manteve medidas neoliberais, o que se refletiu em seu programa para a educação. A particularidade de um governo marcado pela conciliação de classes foi a incorporação das centrais sindicais, movimentos populares e entidades estudantis ao Estado. Os mecanismos que materializaram esta política levaram à desmobilização dos movimentos, estatização das organizações e cooptação de suas direções (DRUCK, 2006, p. 330-331). Nota-se que grande parte das correntes partidárias e ideológicas presentes no movimento sindical e popular também estão presentes no movimento estudantil. Sendo assim, procuramos

identificar os vínculos materiais e políticos estabelecidos entre as direções das entidades UNE e UBES e o Estado. A outra face da moeda da estatização/burocratização será encontrada nas tentativas de criar alternativas por duas vias: a criação de novas entidades e as respostas no campo do autonomismo (FERREIRA e ALMEIDA, 2018, p. 44-56),

CONTEXTUALIZAÇÃO

Nessa conjuntura de direitização da política e ataques aos direitos sociais, a tendência é que a burguesia aprofunde os ataques às condições de vida daqueles que possuem apenas sua força de trabalho como meio de sobrevivência. Nesse sentido, as organizações das classes exploradas são fundamentais para impor limites a tais retrocessos. No entanto, de acordo com BOGO (2008, p. 22), os partidos de massas foram ganhando espaço na institucionalidade com o decorrer do tempo, levando-os à adequação e à ordem. Se verifica um processo no governo petista, em termos gramscianos, chamado de transformismo, no qual o partido assume uma postura diferente do qual se tinha intenção na sua organicidade inicial, trazendo consequências diretas para a atuação sindicatos, na defesa do trabalhador.

Sob essa perspectiva, a ideologia das classes sociais foi substituída pela ideologia do corporativismo:

De acordo com Eurelino Coelho, teria ocorrido um caso histórico de transformismo, no sentido gramsciano que o autor aplica à análise do processo de abandono do marxismo como expressão de uma mudança de concepção de mundo de intelectuais do PT que se deslocaram no terreno da luta de classes e formam atualmente o bloco político conhecido como campo majoritário do PT. E transformado o PT, ao longo dos anos 1990, na esquerda do capital. (SOARES, 2013, p.549)

Os sindicatos expressam as tendências da degeneração próprias do estágio imperialista do capitalismo, que tem como uma de suas consequências a burocratização e a estatização. Todavia, como afirmou Trotsky ainda em 1940, “o trabalho neles não só não perdeu sua importância, como é ainda maior para todo partido revolucionário”. Com Lula eleito, o processo de burocratização e estatização foi aprofundado. Com as novas regulamentações da Reforma Sindical de 2005, na qual foi estabelecido que a *Contribuição de negociação coletiva* seria distribuída para as centrais sindicais, várias novas foram criadas. Dessa forma, “o Estado e o capital criaram mecanismos de incorporação ainda mais eficientes desses dirigentes sindicais e dessa estrutura sindical” (MATTOS, 2014). A nomeação do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) Luiz Marinho para o Ministério do Trabalho, em 2003, expressa esse processo em que:

O movimento sindical, incluindo a CUT, o “novo sindicalismo” e até mesmo a esquerda organizada, não foram capazes de destruir a velha estrutura oficialista. As centrais sindicais tradicionais acabaram adaptando-se rapidamente ao projeto do governo Lula, sendo por ele cooptadas. (SOARES, 2013, p.552)

Ao tratar de movimento estudantil, percebe-se que as direções das principais entidades representativas, UNE e UBES, se colocaram a favor do governo. Pela própria dinâmica do Estado burguês, a consequência foi a cooptação. Porém, no âmbito do movimento estudantil esse processo não se constituiu como uma novidade. O Programa Universidade Para Todos (*Prouni*), de 2004, propunha facilitar o acesso ao ensino superior. Entretanto, as bolsas são concedidas por meio de isenções de impostos para as instituições privadas. O Prouni associado ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) se constituíram como fulcro da monopolização do setor educacional por empresas como Kroton e Estácio. Tal fato foi ocultado pelas direções, as quais apoiaram os programas sem fazer críticas ao processo de monopolização. A burocratização e estatização se expressa por meio desses fatos concretos. Segundo FERREIRA e ALMEIDA, entende-se por “burocracia estudantil” o aparelhamento de um pequeno segmento de dirigentes, que saem das bases e servem como correia de transmissão dos interesses do governo e do patrão. E como via para alterar esse processo, os movimentos sociais recorreram não só a criação de novas entidades, mas também nas respostas no campo do autonomismo.

No que se refere ao divisionismo e criação de novas entidades, no âmbito do sindicalismo aconteceu a criação da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), depois renomeada como Central Sindical e Popular-Conlutas, esse processo gerou impactos no movimento estudantil com a criação da Coordenação Nacional de Lutas Estudantis (Conlute), em 2007 que, ao não conseguir agregar parcela significativa de estudantes, cedeu espaço à criação da Assembleia Nacional de Estudantes – Livre (ANEL), em 2009, mas que atualmente encontra-se dissolvida organizativamente.

Outra alternativa que apareceu no cenário veio com a revitalização de uma vertente denominada como autonomista que se expressou no Movimento Passe Livre (MPL), com grandes repercussões nas jornadas de junho de 2013 e influência nos movimentos contra a Copa, em 2014 e ocupações de escolas em 2015 e 2016. As lutas mais significativas, portanto, ocorreram por fora das entidades estudantis. Em vez de impulsionar as iniciativas criadoras e radicalizadas da juventude, as direções buscam canalizar a prática política para o limitado espaço jurídico-parlamentar.

Análises de resoluções de congressos das entidades: UBES e UNE.

No que se refere ao material relacionado a UBES, foi escolhido as resoluções dos dois últimos *Congressos Nacionais da UBES* (CONUBES): O 41º que ocorreu em 2015 e o

42º ocorrido em 2017. A divisão do documento é feita em três eixos: Conjuntura, Movimento Estudantil e Educação. Nos documentos aprovados o caráter é mais de expor os feitos da entidade, como por exemplo, quando coloca na resolução do movimento estudantil do 42º CONUBES que “A UBES foi fundamental para a conquista do voto aos 16 anos na constituinte” para explicar sua campanha “Se liga 16”. Além disso, acaba por canalizar as tendências de luta da juventude, como as ocupações de 2015 e 2016, para o âmbito parlamentar. Na resolução do eixo conjuntura do mesmo congresso, faz alusão às políticas do governo petista, Lula e Dilma, colocando como benéficas. Nesse sentido, ao expor de forma superficial tais políticas, obscurecem os processos que lhe sustentam. Por fim, vale ressaltar o apoio da entidade a candidatura à presidência de Lula ainda em 2002, além do apoio nos anos subsequentes.

No que diz respeito às resoluções da UNE, utilizamos a resolução do 15º Conselho Nacional de Entidades de Base da UNE (CONEB) ocorrido em 2019, que apresenta mais contexto e atividades que participaram durante o ano, com poucas deliberações expostas de maneira clara no texto. Além desse documento, analisamos o do 54º Congresso da UNE (CONUNE) ocorrido em 2015, que foi organizado em dois documentos. Um que diz respeito ao contexto de acordo com cada eixo e outra com as deliberações. Ambos foram estruturados como as resoluções da UBES dividida também nos três eixos. Os documentos pautam lutas em torno de ampliação de políticas sociais, no entanto, não se vê o direcionamento tático e estratégico no sentido da emancipação humana, ou seja, o fim da sociedade de classes. Embora seja reconhecido que a luta em torno da melhoria das condições de vida da classe trabalhadora seja fundamental, o direcionamento das entidades para lutar pela via jurídico-parlamentar se configura como vias de mudanças dentro do próprio capitalismo, o que se configura como ilusório.

Além disso, se verifica na resolução da 54º CONUNE em 2015, discussões no que se refere a política de luta das minorias, em que são pautadas bandeiras de caráter identitário como racismo e a LGBTfobia. O reforço de uma UNE democrática é a mensagem incorporada ao evento, diante da eleição de delegados e se explicita a necessidade de “O próximo Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB) precisa ser um espaço amplo que agregue os centros e diretórios acadêmicos, mas também as atléticas, empresas juniores, extensionistas e executivas de cursos.” (Resolução - 54º CONUNE). A 9ª edição da Bienal de Cultura e Arte é realizada como espaço de disputa, se incitando o compromisso de unidade do movimento.

Apesar de pautas como a lei da meia entrada, a UNE se vincula ao compromisso de “barrar a redução da maioria penal, barrar o PL 4330/04 da terceirização e a proposta de financiamento empresarial de campanha.” (Resolução – 54º CONUNE), como se vê as

bandeiras giram em torno de ganhos no âmbito legislativo. Embora sejam conquistas importantes, não estão vinculadas a perspectiva emancipatória.

A carta Honestino Guimarães, traz o desatino transformista quando se trata do financiamento estudantil “O financiamento estudantil é um grande instrumento de acesso à universidade, porém não pode ser utilizado pelas instituições de ensino sem nenhuma contrapartida” (Carta Honestino Guimarães, 2015, p.2) em que se corre um risco de um movimento cada vez mais distante da luta de classes. Diante da frase “Para nós, a inflação se combate com mais desenvolvimento.” (Carta Honestino Guimarães, 2015, p.2) há de se perguntar, que tipo de desenvolvimento é proposto e defendido pela UNE? A Carta se mostra abertamente em apoio ao governo petista vigente, diante da efetiva conservadora e ultraliberal (Carta Honestino Guimarães, 2015, p.4):

“Este é o momento dos estudantes se unirem aos trabalhadores e as trabalhadoras para apresentar uma estratégia baseada em um programa democrático e popular que fortaleça as bandeiras das reformas democráticas e estruturantes, a defesa da legitimidade política e legal do mandato da presidenta Dilma.”

É evidente como a aproximação do movimento estudantil, assim como os sindicatos, com o partido dos trabalhadores reconfigura o modelo de atuação dessas entidades, de forma que a arena de lutas fique no campo parlamentar por diversas vezes, adquirindo esse aspecto burocrático tão evitado nos movimentos autônomos.

CONCLUSÃO

Conclui-se que tal condução dificulta o enfrentamento aos efeitos da crise econômica sobre trabalhadores e juventude, assim como à ofensiva direitista, militarista e ultraliberal iniciada com o governo Temer e aprofundada com o governo Bolsonaro. Percebemos que a ausência de uma direção política estudantil (assim como dos trabalhadores em geral) independente perante o Estado e capaz de organizar e centralizar as lutas que se desenvolvem é um problema para as lutas de classes no Brasil, sobretudo na conjuntura recente. Os governos petistas, em especial o governo Lula, marcado pelo transformismo, confere ao movimento estudantil um caráter cada vez mais restrito à participação dos estudantes, com o aparelhamento partidário, uma tendência orgânica que envolve a UNE e UBES.

Ademais, o apassivamento dos movimentos facilita a retirada de direitos sociais e os cortes orçamentários. Avançar na apreensão deste elemento da realidade, situado em uma conjuntura política concreta, pode servir para ajudar o movimento a trilhar outros caminhos. No entanto, o trabalho não se encontra finalizado. Devido ao fato de que encontrar as resoluções dos congressos não foi tarefa das mais simples, ao entrar nos sites

das entidades os *links* não direcionavam para as páginas, as pesquisas feitas pelos navegadores de busca na internet não levaram aos documentos. Além disso, o espaço do trabalho não permitiu o avanço mais aprofundado nas elaborações. Enfim, os resultados desse trabalho ainda são parciais, porém válidos para a compreensão dessa parte da realidade.

REFERÊNCIAS

BOGO, Ademar. *Teoria da organização política III: escritos de Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz, Trotsky, Giap, Fidel Castro, Carlos Fonseca, Florestan Fernandes*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CARTA HONESTINO GUIMARÃES TODAS E TODOS AO 54º CONGRESSO DA UNE. Disponível em: file:///C:/Users/DTI/Documents/5º%20Período/V%20JORNADA/CBAS/54conune_carta_honestino_guimaraes.pdf . Acesso em: 30 de abril de 2019

DRUCK, Graça. Os Sindicatos, os Movimentos sociais e o governo Lula: Cooptação e resistência. In: *Observatorio Social de América Latina*, ano VI, n. 19, Buenos Aires: CLACSO, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/debatesdruck.pdf> Acesso em: 29 de março de 2019.

FERREIRA, Raul e ALMEIDA, Antônio. Movimento Estudantil: Burocratização e divisionismo. In: *Revista Proletária da Educação*, n. 8. São Paulo: 2018. Pp. 44-52.

MATTOS, Marcelo Badaró. Movimento sindical brasileiro: o desafio da reorganização. In: ABRAMIDES, Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014. Pp. 85-101.

RESOLUÇÃO 15 CONEB- UNE. Disponível em: <https://une.org.br/wp-content/uploads/2019/02/resolucoes-15-coneb.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2019

RESOLUÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL APROVADA NO 54º CONGRESSO DA UNE. Disponível em: <file:///C:/Users/DTI/Downloads/RESOLUCAO-MOV-ESTUDANTIL-54CONGRESSO-UNE1.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2019

SECCO, Lincoln. *História do PT*. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

SOARES. José de Lima. As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula. *Revista Sociedade e Estado*. Vol. 28 N.3 Set/Dez 2013.

PLENÁRIA FINAL DO CONUBES APROVA RESOLUÇÕES. Disponível em: <http://ubes.org.br/2015/plenaria-final-do-conubes-aprova-resolucoes/>. Acesso em: 30 de abril de 2019

TROTKY, Leon. *Os Sindicatos na época da decadência imperialista*, disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/mes/sindicato.htm> Acesso em: 29 de março de 2019.

UBES. *Esperança: Ocupar as urnas para vencer o ódio*. 22 de julho de 2018. Disponível em <http://ubes.org.br/2018/contra-o-odio-ubes-faz-convocacao-a-estudantes-para-ocuparem-as-urnas/>. Acesso em: 15 de abril de 2019.